

Fogo na casa portuguesa

Nenhum incêndio, no terreno das relações internacionais, me pareceu tão violento, tão abrangente, rápido e inútil, quanto esse que estremeceu, de maneira gratuita, nossas relações com Portugal.

De repente, a burrice tomou conta de todos e uma aventura de alguns desempregados de Itabirinha de Mantena, seduzidos pela matreirice de um "empresário de mão-de-obra barata" — leia-se espertalhão — encontrou terreno fértil na inconcebível truculência e gratuita agressividade de alguns funcionários mal dormidos do aeroporto de Lisboa. E tanto bastou para que surgisse uma delirante febre de sensacionalismo, a que não ficou imune o embaixador português no Brasil, a classificar sumariamente as pessoas de prostitutas, vagabundos e outras cortêsias a mais, atingindo àqueles que nada mais eram do que insatisfeitos maus brasileiros que iam em busca do vinho Dão. Eram tão simplórios que não mereciam a importância que lhes deram. Pior ainda, o embaixador Mathias não saber que mulatinha ou neguinha são palavras de carinho. Uma das nossas expressões de amor das mais simpáticas.

A amizade Brasil e Portugal não foi construída por nós; é uma herança de nossos antepassados e não temos legitimidade de arranhá-la.

Tranqüiliza ter em Portugal um embaixador como o senhor José Aparecido de Oliveira, competente e experiente, dono de uma alentada folha de serviços prestados ao país, de-

voto da seita de Fernando Pessoa — "minha pátria é a língua portuguesa" — brasileiro-mineiro-português, que soube colocar água na fervura, como se diz lá e cá, com a parceria desse extraordinário santo de altar no Brasil e conhecedor profundo de nosso sentimento comum, que é o presidente Mário Soares.

Não me alinhô entre aqueles que jogam farpas no primeiro-ministro Cavaco Silva. Não é esse lord inglês comunitário que aqui pintaram. É um homem lúcido, inteligente e de grande sensibilidade política. Nada teve a ver com isso e sua conduta com o Brasil é impecável.

Por outro lado, seria imensa ignorância julgar que qualquer governo português pudesse desconhecer a vocação atlântica de Portugal para torná-lo uma colônia periférica, pequena e desmemoriada de uma Europa onde ele apenas pudesse ser exportador do português para os cafés de Paris ou para limpar as cavalariças dos prados britânicos.

Agora, uma coisa deve ser considerada. O episódio serviu como um alerta. Portugal, ao entrar para a CE, não examinou exatamente seus compromissos, assumidos em tratados com o Brasil, que nada conflitavam com os seus interesses europeus, que são justos. E nós seríamos os últimos a tentar inviabilizá-los. Fez a política de mergulhar a cabeça no chão, esquecê-los, criar fatos consumados, sem pesar as repercussões inevitáveis que viriam e que podiam ser contornadas facilmente, sem atritos e num bom espírito de cooperação, sem o arranhão desse episódio menor, mas de grande carga emotiva.

Outra coisa não podemos negar: o Brasil faz parte de Portugal e Portu-

gal faz parte do Brasil. Queiramos ou não, estamos condenados a essa deliciosa cumplicidade, monumental e histórica, que é o mundo lusitano.

Haverá sempre, no Brasil e em Portugal, guardiões do santo graal de nossa noção de pátria comum, dispostos a sacar da pena em defesa desse patrimônio. Para resolver as questões de emigração, os guardas do aeroporto de Lisboa, em vez de cacetadas, devem pedir que cumpram apenas uma formalidade, recitar uma redondilha de Camões ou um pedaço dos Lusíadas. E aqui, o embaixador só pode receber **agreement** se gostar de mulata, outra descoberta, segundo a lenda, do gênio português.

Os portugueses no Brasil gozam de direitos iguais aos nossos. Adquirem nacionalidade brasileira com um ano de residência (artigo 12, item II, letra a e parágrafo 1º de nossa Constituição). Deles não pedimos nada. Depois do Tratado da Amizade de 53, a Convenção que estabeleceu o gozo duplo de direitos civis de 1972, criamos uma comunidade entre os dois países. Ninguém quer tirar Portugal da Europa. Se há uma coisa que não se pode modificar é a geografia. Mas queremos manter o alto nível de nossas relações e amizade.

Outra bobagem é essa de porta de entrada da Europa. O Brasil, para entrar em qualquer lugar, não precisa de ser nada mais do que o quinto país do mundo. Mas fique claro que, para nós, Portugal é mais importante do que a Europa comunitária, pela língua, pelo sangue, pela História.

O Governo português andou mal, não avaliando o peso dessas relações. Isso não diz respeito só ao Brasil, mas aos próprios interesses de Portugal, que mandou para o nosso

país — graças a Deus — desde a Independência até meados deste século, um milhão e setecentos mil portugueses. O Governo brasileiro também cometeu seu pecado. Devia ter tido mais calma e não retaliar. A política da negociação é sempre melhor. E verdade que, em política internacional, a lei é a da reciprocidade. Gilberto Amado dizia que as nações não têm sentimento, têm somente interesses. E verdade, mas é por isso que as nossas relações com Portugal são diferentes; elas têm sentimento, emoção, paixão, chamego e xodó. Agora que o exemplo ficou, vamos "andar com mais cuidado com o andar".

Quanto a mim, estou a salvo desta querela. Quando assumi a cadeira que ocupo na Academia de Ciências de Lisboa, com orgulho, tive oportunidade de dizer que, em virtude da Carta Régia de 1 de julho de 1640, o rei de Portugal concedeu a mim, aliás, a todos os nascidos no Maranhão, os mesmos direitos que foram dados aos cidadãos do Porto, heróis na Revolução de Dona Maria da Fonte, porque expulsamos os holandeses do nosso estado. Graças a esses direitos, entre outras vantagens, temos estas: "entrar em Lisboa montados em bestas muares, espadas com bainhas de veludo, terços dourados, punhos de fio de ouro e roupas de seda". Assim, não tenho medo de nenhuma comunidade, sou bem anterior à CE. Finalmente, um conselho. E de Pombal a Melo Póvoas: "Ao decidir, observe três coisas: prudência para deliberar, destreza para dispor e perseverança para acabar."

José Sarney é membro da Academia Brasileira de Letras e senador pelo Amapá.